



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE
Identificação: POLÍTICA A3
Data: 22/09/2012



MARCELO DÉDA se reuniu ontem com representantes do MP

REUNIÃO COM DÉDA

TCE e MPE discutem o orçamento de 2013

Presidentes dos Poderes Judiciário e Legislativo, além do Tribunal de Contas do Estado e representantes do Ministério Público, reuniram-se ontem com o governador Marcelo Déda (PT) para discutir o Projeto de Lei Orçamentária de 2013. Na reunião, ocorrida no Palácio dos Despachos, mostrou a sistemática de confecção do projeto, detalhando as referências levadas em consideração pelo Governo do Estado para estabelecer a previsão de receitas e despesas para o próximo ano.

Eles também trataram dos problemas que a queda do Fundo de Participação dos Estados (FPE) tem trazido para a administração estadual, já que - ao contrário do que dizem os números dos Sindicatos do Fisco - houve uma redução significativa de recursos. O governador aproveitou para pedir o apoio da Assembleia Legislativa para pedir o apoio visando à aprovação dos projetos para operações de crédito que o Governo do Estado pretende contrair junto ao Governo Federal, já em tramitação.

“Essa aprovação é fundamental para que o Estado consiga cumprir as suas metas administrativas, captar novos recursos para viabilizar a administração pública e ter um relacionamento institucional de alto nível entre poderes e os órgãos governamentais”, disse Déda, ao alertar que “qualquer tentativa de derrubar o empréstimo pode criar um impacto de extrema gravidade nas finanças públicas e provocar dificuldades, até, para que o Estado possa apoiar e garantir as ações dos demais poderes e órgãos autônomos”.

Para ele, “uma frustração dessa receita pode criar um tumulto muito grande na execução orçamentária de 2013, podendo afetar, inclusive as cotas dos poderes. É um tema que considero da mais alta relevância e que fiz questão de explicar a todos os presidentes e dirigentes aqui presentes. Não é uma questão política, e sim de Estado, vital para que possamos conduzir de forma exitosa a administração financeira de Sergipe”.